

Resenhas

Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo

Tamás Szmrecsányi e Francisco da Silva Coelho (orgs.)

São Paulo: Atlas, 2007

O livro *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo* foi organizado por Tamás Szmrecsányi, professor da Unicamp, e Francisco da Silva Coelho, funcionário do Banco Central do Brasil, professor da FIPE-USP e presidente da Ordem dos Economistas do Brasil. A origem do livro se deu a mais de sete anos quando o professor Alfredo Bosi, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP), propôs a elaboração de um dossiê que tratasse o pensamento econômico no Brasil. A idéia avançou pelas vias da finalidade cultural e de utilidade pública da Ordem dos Economistas do Brasil que, juntamente com a editora Atlas contou com a participação de 35 autores e a redação de 32 capítulos desenvolvidos por um único objetivo: contribuir com a identidade da ciência econômica no Brasil.

O aspecto central e que caracteriza a obra é a metodologia da economia que valida a ciência econômica enquanto suas origens em aspectos sociais, quantitativos e as correntes mais recentes e inovadoras da fronteira do conhecimento da economia.

Diante de sua finalidade o livro é dividido em quatro partes. A primeira, denominada Correntes Teóricas, trata a interpretação da ciência econômica no âmbito do Brasil desde os estudos das teorias ortodoxa neoclássica, marxista, neo-estruturalista, keynesiana e da Cepal. Os capítulos apresentam as referências de textos acadêmicos que trataram as interpretações destas metodologias mediante a evolução da economia brasileira do século XX. Assim resgataram a di-

fusão da teoria neoclássica no Brasil, o chamado marxismo econômico brasileiro, a teoria do subdesenvolvimento elaborada pela Cepal e sua influência tanto na política econômica como entre os empresários industriais e no meio acadêmico. E o capítulo quatro apresenta uma comparação das propostas dos neo-estruturalistas da PUC-RJ e dos keynesianos da Unicamp mediante a análise do regime da inflação brasileira e a discussão das políticas de estabilização e segundo as reformas estruturais necessárias para a abertura da economia brasileira e sua inserção no processo de globalização.

A segunda parte, denominada Temas em Debate, contém considerações aos temas da macroeconomia brasileira contemporânea. Trata as variáveis macroeconômicas como moeda e o crédito e sua influência no processo de industrialização. As questões regionais são apresentadas quanto aos reflexos nas diferenças regionais que destacam os graus de crescimento e desenvolvimento econômico distintos nas regiões brasileiras, implicando as condições sociais, as tentativas de desconcentração industrial, o trabalho e a desigualdade. Considerações ao setor agropecuário são feitas acerca da sua modernização bem como a questão agrária. O papel do Estado na economia é tratado no âmbito dos seus custos, do controle da inflação e das conseqüentes perdas salariais. Todos os temas são inter-relacionados e descrevem claramente a economia brasileira em seu cenário da formação e das características atuais.

A terceira parte, Canais Institucionais, faz consideração aos grandes centros de estudos eco-

nômicos brasileiros e suas influências na política econômica dos vários governos brasileiros.

E por fim a quarta parte, Figuras Representativas, tem cada capítulo destinado aos economistas de maior relevância e contribuição ao pensamento econômico brasileiro. São os que acadêmica e publicamente trataram os grandes temas da economia do século XX como a macroeconomia (câmbio, juros e inflação), o crescimento e o desenvolvimento econômico díspares nas regiões do país.

Os objetivos do projeto foram plenamente atingidos, e assim o livro vem a ser a mais recente contribuição para a coletânea de informações sobre o pensamento econômico brasileiro,

tornando-se leitura de referência aos profissionais economistas atuais e das próximas gerações. Esta obra abre caminho para a compreensão das várias tendências da economia brasileira, as quais devem ser de conhecimento dos economistas da atualidade por tratar dos temas de relevância e relação aos destinos da economia do Brasil. E por tratar dos fatos que marcaram o crescimento e o desenvolvimento da economia brasileira, caracteriza-se como referência da história da ciência econômica no Brasil.

Celina Martins Ramalho

*Escola de Administração de Empresas
de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas*

Sete lições sobre as interpretações do Brasil

Bernardo Ricupero (org.)

São Paulo: Alameda, 2007

A partir da década de 1990 intensificou-se a inserção no currículo de inúmeros cursos de economia e demais ciências sociais de disciplina sobre os “intérpretes” do Brasil. Por este nome, designam-se autores que procuraram formular visões estruturantes e cosmológicas sobre a formação histórico-social brasileira, em busca de seus traços definidores, de suas peculiaridades e de seus percalços. Quase todos eles, a partir de sua interpretação, propuseram alternativas. O dilema “quem sou, de onde venho e para onde vou” parece sintetizar o que esses intelectuais buscavam responder, embora não tendo por objeto a existência humana, como no humanismo grego, mas a nação.

Justamente essa palavra — nação — é o vocábulo apropriado para expressar o foco da preocupação intelectual dos *intérpretes*. Quase todos do século XX, trabalharam com o afã de entender o sentido e a gênese da nacionalidade e procuraram decifrar a existência de uma identidade nacional, conquanto não deixassem de visualizar um Brasil fragmentado, marcado por disparidades regionais e parca integração econômica, social e cultural.

O autor do livro em pauta, Bernardo Ricupero, tem formação em Ciência Política e é professor da USP. As “sete lições” começam com uma discussão sobre a existência de um pensamento político brasileiro, a qual serve de prelúdio

à análise de seis autores que serão analisados. A cada um destes foi dedicado um capítulo e selecionou-se uma obra “fundamental” a ser enfocada. Estas são: *Populações meridionais do Brasil* (Oliveira Vianna), *Casa-grande & senzala* (Gilberto Freyre), *Raízes do Brasil* (Sérgio Buarque de Holanda), *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* (Caio Prado Jr.), *Os donos do poder* (Raymundo Faoro) e *A revolução burguesa no Brasil* (Florestan Fernandes).

Há uma estrutura básica seguida em todos os capítulos, a qual sem dúvida organiza a exposição e facilita o leitor. Esta compõe-se de: (a) uma introdução, com os principais dados biográficos do autor e a contextualização de sua obra; (b) a exposição sucinta das principais teses do livro selecionado; (c) sob o título “interpretação”, comentam-se as principais contribuições do autor, geralmente com recorrência a outros autores que o analisaram, e inclusive, em alguns casos, apontando as objeções de críticos; e (d) finalmente, sugerem-se alguns trabalhos que podem auxiliar o leitor interessado a aprofundar seu estudo sobre os temas abordados.

Para um texto cuja redação reserva em média cerca de 25 páginas a cada capítulo, não resta dúvida de que se tratou de empreitada difícil, cuja concisão impôs mais a apresentação sintética das

principais idéias dos autores do que sua análise em profundidade.

Como resultado, tem-se sobretudo de um livro didático, em linguagem acessível, apto a servir de texto de apoio a estudantes. Particularmente aos da área de economia, é notável a ausência de Celso Furtado, autor obrigatório em todos os cursos sobre intérpretes do Brasil (e que se poderia também incluir Ignácio Rangel). Lacuna difícil de ser preenchida, mesmo em se tendo presente a opção do autor pelas interpretações “políticas”, uma vez que Furtado não só foi o maior representante do estruturalismo cepalino no Brasil, como seu mais original e profícuo teórico do subdesenvolvimento — categoria teórico-histórica que ajudou a firmar, em substituição ao que a maioria dos intérpretes, até ele, denominava genericamente de “atraso” do país. E é justamente este o objeto que, a rigor, se queria entender e superar, fenômeno em que a indissociabilidade entre política e economia parece inquestionável.

Ademais, penso se deva ter presente que as obras da maioria dos “intérpretes” foram elaboradas no período do processo de substituição de importações, tema central de autores como Furtado e Rangel. E, como se sabe, os intérpretes não só interpretavam, no sentido contemplativo, mas de suas construções intelectuais decorriam propostas e alternativas. Como assevera Bolívar Lamounier, citado no livro (p. 22), a cada balanço histórico do país seguia-se um programa

político de como encaminhar soluções para seus problemas. Pretensão que tinha tudo a ver com o projeto de industrialização e indubitavelmente fruto do ambiente intelectual em que dominavam as idéias desenvolvimentistas e, como corolário destas, o desejo e a necessidade de se encontrarem novos caminhos para o país, em superação a um passado pesado, mas que via de regra entendia-se passível de transformação.

O ocaso do desenvolvimentismo parece ter encerrado a era das grandes interpretações, as quais supunham, conscientemente ou não, a convicção de que havia uma nação a ser construída, assentada na crença segundo a qual o futuro estava nas mãos e ao alcance das decisões tomadas naquele momento. A pós-modernidade enterrou este otimismo e estas pretensões, bem como manifestou sua ojeriza a construções intelectuais globalizantes.

Em compensação, os intérpretes tornaram-se objeto de estudo. Na maioria dos cursos, é um dos poucos momentos da formação curricular em que se lê e se discute o Brasil. Como se vê, a academia, assim como Antígona, deve ter suas razões, embora estas muitas vezes desafiem o entendimento dos coevos. Por auxiliar neste estudo, o livro de Ricupero deve ser saudado.

Pedro Cezar Dutra Fonseca
Professor Titular do Departamento de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul (UFRGS); Pesquisador do CNPq

Globalização: a certeza imprevisível das nações

Ernesto Lozardo (org.)

São Paulo: Editora do Autor, 2008

Imagine um mundo no qual a desigualdade de renda entre nações não apresente precedentes históricos; no qual as desigualdades entre países sejam bem mais relevantes, na explicação da desigualdade total entre indivíduos vivendo no planeta, do que as desigualdades que se encontram dentro de cada país tomado em separado.

Mas, da mesma forma, um mundo no qual, num intervalo de quarenta anos, algumas economias possam apresentar mobilidade vertical de renda percapita também sem paralelos históricos; desta forma deixando de figurar entre as mais pobres para alcançar padrões de renda substancialmente mais elevados (a exemplo do que fizeram

Coréia do Sul, Cingapura, Hong Kong e Taiwan no período que vai do início dos anos 1970 até os dias atuais).

Este é o retrato do mundo atual. Neste contexto, Ernesto Lozardo toma para si, no livro objeto desta resenha, uma tarefa hercúlea: explicar de que forma as nações emergentes determinam e têm suas trajetórias determinadas pelo processo de globalização. E como as nações prósperas, ricas e globais, chegaram a este ponto.

Uma explicação muito comum para a atual desigualdade de renda entre nações dá-se em termos da forma diferenciada e assimétrica como a Revolução Industrial afetou cada economia

a partir do início do século XIX. É preciso observar que isto se deu não apenas em termos de crescimento do produto, mas também em termos demográficos. Dados históricos mostram que os Estados Unidos e a Inglaterra descolaram substancialmente suas rendas per capita do resto do mundo a partir da segunda metade do século XIX, deixando para trás, com ênfases decrescentes, o Japão, o noroeste da Europa, os demais países da Europa, a América Latina e a Ásia.

Lozardo não se detém diretamente na defesa ou negação desta tese. Mas, com riqueza de detalhes, dá ao leitor uma certeza: para entender em pormenores os motivos de possíveis assimetrias na coleta dos frutos das revoluções tecnológicas é necessário mergulhar com determinação e vontade nos processos históricos e culturais que determinam a evolução das instituições e do processo decisório em cada nação. É a partir daí que se forma o quadro geral no qual se determinam a produtividade, a formação de capital físico e de capital humano. Para atender a este fim, o livro propicia uma prazerosa leitura dos casos da China, Índia, Japão, do Sudeste Asiático, da Europa e dos Estados Unidos.

Economistas, treinados a desenhar linhas de chegada, mas não o roteiro de cada corrida (que é o que realmente interessa), costumam desprezar esta etapa anterior de análise tomando, perigosa e pobremente, o ambiente institucional como dado. *Globalização: a certeza imprevisível das nações* não segue este caminho de menor esforço. Neste ponto reside uma das maiores qualidades do livro.

O segundo fato que caracteriza o mundo atual, exemplificado pelo crescimento acelerado de algumas economias asiáticas após a Segunda Guerra, costuma ser explicado pelas diferentes políticas econômicas seguidas pelas nações. Têm sido particularmente bem-sucedidas aquelas voltadas para educação e abertura comercial.

O alto crescimento de algumas economias pode também ser entendido no contexto da revolução das técnicas de produção que se deu a partir do final do século XIX, ainda que numa versão mais tardia (*latecomers*). As difusões tecnológicas teriam sido particularmente mais bem absorvidas nestes países pela escolha de políticas internas adequadas (acompanhada, diga-se de passagem, também por um processo de transição demográfica). Isto leva Lozardo a deter-se sobre um outro aspecto do crescimento: o das reformas

de origem macro e microeconômica que uma nação deve trilhar se deseja colher com êxito os frutos da globalização.

Trata-se de ponto particularmente importante para o Brasil, no momento, a observação do autor sobre a importância da composição de demanda na determinação dos aportes de produtividade. Em um país com câmbio flexível operando com elevada mobilidade de capitais, a exemplo do tem ocorrido em nosso país, elevações dos gastos públicos (ainda quando cobertos com receitas equivalentes de impostos), tendem a afetar tal composição na direção de bens não transacionáveis, perdendo espaço os bens transacionáveis com o exterior. Como costumeiramente é nas exportações e nas substituições de importação que se materializam pesquisas e novos produtos, perde o país em potencial de crescimento de longo prazo.

Outro ponto que fica claro na exposição é que estratégias de desenvolvimento baseadas unicamente em políticas de substituição de importações não têm boas chances de contribuir positivamente para o crescimento sustentado. O mesmo se poderia dizer das políticas industriais nas quais se concede ao Estado o poder de decidir, de forma centralizada, os setores ou ramos de atividades a serem privilegiados com os favores públicos.

O livro nota também com argúcia que, se democracia plena não é necessária para o crescimento, pode ser importante para dividir de forma mais equitativa os frutos deste. China e Rússia, por exemplo (com diferentes graus de democracia), estão em processo crescente de concentração de renda, desta forma caracterizando a ocupação de um ponto no ciclo do crescimento distinto daquele atualmente ocupado pelo Brasil (onde a ênfase distributiva tem sido forte).

Lozardo argumenta que a elevação da desigualdade que hoje se verifica entre as nações do mundo não tem explicação, como costumam sugerir alguns, na globalização. O livro apresenta dados que sugerem que os países menos desenvolvidos têm se beneficiado mais da integração dos mercados do que os mais desenvolvidos. Evidentemente, o divisor de águas aqui se materializa em função das políticas internas seguidas pelos países.

Para compreender todos estes processos de forma mais ampla, é preciso lembrar a evolução histórica das teorias de crescimento. Ao contrário da teoria clássica baseada em Ricardo e Malthus, feita para explicar um crescimento com renda

per capita praticamente estagnada (ainda que com crescimento do produto), a teoria que surge a partir de Solow toma como dada a fertilidade. Tal hipótese, aliada ao princípio da produtividade decrescente do capital, torna o crescimento sustentado impossível, a menos da introdução de postulados *ad hoc* sobre crescimento de produtividade. Na ausência de tal expediente, não há crescimento sustentável por habitante. Evoluções da renda per capita nada mais fazem do que refletir transitoriedades na convergência para o estado estacionário, em que isto não mais ocorre.

Uma solução transitória para o problema veio com Lucas e Romer, através da introdução de progressos técnicos ou tecnologias endogenamente determinadas nos modelos de crescimento. Uma nova fronteira da teoria do crescimento, entretanto, considera com muito mais ênfase os processos de difusão tecnológica entre nações. Não mais se toma, como nos modelos descritos acima, a formação de capital como independente do que fazem outras nações. Esta hipótese, sabe-se hoje, não é compatível com a evidência empírica disponível nos últimos duzentos anos (em particular, aquela que divide os países em *earlycomers* e *latecomers*).

Na questão específica da globalização, Lozardo provê uma taxonomia interessante, baseada na eterna noção econômica da oferta e da demanda: no mundo atual, os investimentos diretos estrangeiros, o comércio e as multinacionais proveriam a oferta de globalização. Por outro lado, a demanda por ela se daria em função da necessidade de crescimento e desenvolvimento que caracterizaria as economias emergentes. Em particular, tal necessidade decorreria do desejo de acesso de consumidores de economias emergentes ao padrão de consumo dos mais ricos (fruto da queda do custo de informação).

Um ponto importante do livro é o alerta

quanto ao papel de co-responsabilidade que devem assumir as nações mais prósperas, se desejam prover maiores chances de sucesso de longo prazo à opção pelo capitalismo. Assim como dentro de cada país a desigualdade de renda acaba por dificultar o crescimento, o mesmo pode se dar para o mundo capitalista como um todo. Como coloca Lozardo com propriedade, “o maior perigo para a riqueza de poucos é a pobreza de muitos”.

Políticas inteligentes para as economias mais ricas e globalizadas deveriam desta forma incluir em seus propósitos apoio a economias emergentes na consecução de justiça, da redução de pobreza, da proteção ambiental, do respeito a valores individuais e sociais e da segurança global. Obter dos países prósperos esta visão pragmática da necessidade de co-responsabilidade mundial será o grande desafio do capitalismo neste século, conclui Lozardo. Longe de qualquer ranço assistencialista, trata-se de um desafio à capacidade de percepção e execução dos líderes das economias mais prósperas.

Enfim, como é comum a qualquer livro que se detenha sobre um tema tão amplo e controverso, haverá partes do livro com as quais o leitor tenderá a concordar com maior ou menor veemência. O importante, entretanto, é que o convite à reflexão que o livro proporciona estará muito bem alicerçado. De fato, Lozardo oferece gentilmente, ao longo de todo o texto, os três ingredientes que requerem o rigor acadêmico e que costumam caracterizar os clássicos em qualquer assunto: dados, fatos e teorias. Como dizia o saudoso piauiense Petrônio Portela, com os fatos não se briga. Caberá ao leitor pinçar suas próprias conclusões. A acuidade na escrita e o prazer na leitura são assegurados.

Rubens Penha Cysne
Professor da EPGE/FGV